

Ao

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – REITORIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023
(Processo Administrativo nº 23421.001526.2023-56)

W3 INDÚSTRIAS REUNIDAS S/A, inscrita no CNPJ nº 81.114.803/0001-79, com sede na Av. Newton Slaviero, nº3333, Cará – Cará, cidade de Ponta Grossa – PR, CEP: 84043-560, através de seu representante legal, Jeison Gelaki, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 6.012.000-5 e CPF nº016.378.119-26 propor:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL LICITATÓRIO

Pelas razões de fato e de direito abaixo aduzidas:

1. PRELIMINARMENTE - DA TEMPESTIVIDADE

Aduz o edital licitatório em seu item 13. *DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO* que: “13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. [...]”. Portanto, considera-se tempestiva a propositura de tal peça visto que está fora enviada em 21 de dezembro de 2023.

2. DOS FATOS

Foi publicado o edital de Pregão Eletrônico nº13/2023 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Reitoria, representado neste ato por seu Pregoeiro, com data da sessão pública prevista para 29/12/2023 às 9:00 horas, horário de Brasília – DF, cujo objeto escreve no item 1.1. *O objeto da presente licitação é a aquisição de mobiliário corporativo e escolar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.*

1.2. *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem*”. Ocorre que durante a interpretação do edital foram detectadas algumas inconformidades referentes ao lote 5, descritivo técnico e laudos, seguem abaixo:

ANEXO I – DESCRIÇÃO DOS ITENS E ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

No “Apêndice I do Anexo I - Descrição dos itens”, lote 5, da página 73 a 103, descreve que a licitante que tenha interesse na propositura da proposta em sistema eletrônico, deverá neste ato, anexar laudos e certificações técnicas que estão lecionadas no item.

Ocorre que os laudos solicitados estão fora das normas do padrão de mercado, visto que em algumas delas a certificação requerida com ensaios de mais de 2000 horas. Não se discute neste ato, a necessidade ou não da apresentação da norma, visto que aos fornecedores que possuem tal certificação, garantem ao comprador uma qualidade em seus produtos, mas exigir laudos que a maioria dos fabricantes do seguimento não possuem, caracteriza tendenciar marca e restringir a participação de demais fornecedores. Neste caso, para atender aos padrões, os ensaios deverão ser de até 500 horas.

3. DO DIREITO

3.1 DOS CRITÉRIOS DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

Leciona o artigo 40 da Lei 14.133/2021:

Nos termos dos arts. 40, inc. V, alínea “a”, e 47, inc. I, da Lei n. 14.133/2021, nos processos de compras e de serviços, na fase preparatória relativamente ao planejamento da licitação, a Administração Pública deverá atender ao princípio da padronização.

O referido artigo aponta que a padronização deve ser considerada sempre que for necessário e visa à eficiência, não subsidiando escolhas discricionárias.

A padronização deve determinar características e atributos técnicos indispensáveis à contratação. A padronização de marca ou a contratação por inexigibilidade somente é possível quando ficar



comprovado que, frente a todas as alternativas possíveis, apenas aquele produto atende às peculiaridades do órgão.

Portanto, não demonstra na justificativa do termo de referência a necessidade da apresentação de laudos com ensaios de mais de 2.000 horas, visto que este critério foge da padronização dos laudos de mercado e consequentemente inviabilização de participação e concorrência no processo. Com isso, requer a correção do envio dos laudos com 2500 horas para laudos com 500 horas.

DESMEMBRAMENTO DO LOTE

No edital é apresentado o *Lote 5 referente a móveis de aço e itens para biblioteca*, constando diversos itens para atendimento a necessidade do Instituto, porém os itens: 55 – Armário portas transparentes; 56 e 57 bancos multiuso; 66 – Piso plástico em polipropileno; e 81 – escada de dois degraus divergem dos demais englobados no mesmo lote, tais quais comportam divisibilidade sem comprometer o objeto da licitação. A junção de itens autônomos e distintos em um mesmo lote ofende a competitividade e a busca pela melhor proposta.

Considerar um lote composto por itens autônomos, sem o seu desmembramento, acaba por restringir a competitividade entre os participantes, em clara infringência ao Art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

“Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.”

O julgamento por menor preço que contém um lote formado por itens autônomos impossibilita um maior número de empresas a participar, pois muitas como o caso da impugnante atende a maioria dos itens, porém não todos, como aqui descreve.

Assim, é importante que este Órgão proceda o desmembramento das categorias que englobam um lote apenas, por se tratar objetos diversos entre si, e a divisão trará benefício a esta administração, pois atrairá empresas especializadas em seus ramos de atividades, por conseguinte ampliando a competitividade e menor preço. Ademais, dificilmente haverá uma única empresa que forneça todos os equipamentos englobados neste lote, já que são incompatíveis, comportando, portanto, plena divisibilidade sem comprometimento ao objeto, muito pelo contrário, a divisibilidade acarretará benefício para esta Administração, uma vez que evitaria certames fracassados, ou até mesmo desertos, assim, ampliando a participação de empresas, vez que se dedicam a apenas alguns dos serviços.

Repita-se que não haverá empresa que forneça todos os objetos do lote único da licitação, tendo em vista que a empresa de sistema de acesso é diversa da que fornecerá os demais materiais, pois se tratam de áreas de comércio adversas, existindo, portanto, a necessidade de se desmembrar o lote, passando a abranger armários e estantes, dos demais itens, o que seria mais viável, pois possuem diversificação, desta forma, possibilitaria a participação de empresas e garantiriam uma prestação de serviço mais adequada, pois contrataria empresas especializadas em cada ramos de comércio e atividades determinadas, garantindo, inclusive, melhor qualidade dos equipamentos e excelência no atendimento, mantendo o custo e assegurando a ampla concorrência.

Ainda, a permanência de itens autônomos em um único lote acaba por infringir a imposição do artigo 5º, parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005, in verbis:

“Art. 5º [...] Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o



princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação”.

Diante do exposto, nítido que o julgamento de lote formado por sistemas autônomos impossibilita um maior número de empresas no certame, vez que maioria das empresas não conseguirá atender ao lote em sua integralidade pela distinção de finalidades entre os equipamentos lá constantes, sendo mais viável tanto aos licitantes, quanto a Administração, realizar o desmembramento do lote, possibilitando o julgamento por objetos compatíveis, garantindo a ampla concorrência e assegurando a real efetividade do certame licitatório, atendendo assim o princípio da eficiência administrativa, vez que com a respectiva alteração se evitará pregão deserto ou fracassado, além de garantir a economicidade, impedindo prejuízos à Administração Pública. Ainda, manter o edital da maneira como está, seria afrontar o princípio da legalidade, uma vez que a lei garante a participação de qualquer interessado nos certames, ou seja, desde que seja capacitado para prestar o objeto do edital e trabalhe Pinhais – PR em ramo compatível, deve ter a possibilidade de participar da licitação sem restrições, assegurando assim o princípio da ampla competitividade, assim, a lei impõe à Administração o dever de, caso necessário, dispor de vários itens ou lotes separadamente, para que essas participações sejam possíveis, servindo, inclusive, como forma de proteção à Administração Pública.

4. DOS PEDIDOS

- 4.1 Requer que seja acolhida a presente impugnação, em tempestividade, conforme item do edital;
- 4.2 Requer a correção do envio dos laudos com 2500 horas para laudos com 500 horas, atendendo os padrões de mercado;
- 4.3 Requer o desmembramento do LOTE 5, sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, que seja remetido para autoridade competente superior, para que após a análise deles, defira dos respectivos pedidos e dê provimento e seguimento.

Ponta Grossa, 21 de dezembro de 2023

Jeison Gelaki
W3 INDÚSTRIAS REUNIDAS S/A
Diretor Presidente



Documento Digitalizado Público

Impugnação - Empresa W3 Indústrias

Assunto: Impugnação - Empresa W3 Indústrias
Assinado por: Julio Camilo
Tipo do Documento: Documento Informativo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Mídia

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Julio Cesar Carneiro Camilo, DIRETOR(A) DE DIRETORIA - CD0004 - DILIC**, em 08/01/2024 15:14:32.

Este documento foi armazenado no SUAP em 08/01/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1663519
Código de Autenticação: 5adeae47d1

